

**FACULDADE UNINA
JULIA DA ROSA DIOGO**

PROJETO DE APLICAÇÃO
Intervenções práticas no interior da escola: contribuições para
estudantes e/ou professores

**POLÍTICA DE NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO DURANTE O ESTADO-
NOVO, NA ERA VARGAS**

**PELOTAS
2024**

1 DADOS DO ESTUDANTE

Nome completo: Julia da Rosa Diogo

Cidade: Pelotas

Estado: Rio Grande do Sul

Curso: Licenciatura em História

2 Linha Geral dos projetos: Intervenções práticas no interior da escola: contribuições para estudantes e/ou professores.

3 TEMA DO PAP

O tema do Projeto de Aplicação será a política de nacionalização do ensino durante o Estado-Novo, na Era Vargas. A intervenção prática será a criação de uma cartilha orientativa para os professores, a fim de dar suporte para elaboração de um roteiro de entrevista. As entrevistas serão realizadas pelos estudantes e, posteriormente, será criado um blog para divulgação dos relatos recolhidos por eles. Pretende-se realizar esse projeto com os estudantes dos nonos anos do Ensino Fundamental da Escola Municipal Dr. Joaquim Assumpção da cidade de Pelotas.

4 SITUAÇÃO-PROBLEMA

Durante a minha graduação, me interessei sobre o tema da nacionalização do ensino e percebi que, apesar de ser um tema muito importante de ser abordado, ele ainda não está muito presente em sala de aula. A política de nacionalização de ensino teve consequências na vida de muitos imigrantes, principalmente, alemães e italianos. Depois de começar a pesquisar sobre o tema, percebi que muitas pessoas próximas a mim têm alguma história para contar de seus parentes que passaram por esse período de silenciamento. Ao mesmo tempo, também percebi que essas vozes não eram muito ouvidas, por isso, o meu interesse em que os estudantes entrevistem as pessoas e/ou familiares e amigos dessas pessoas que viveram nesse período para que consigam ter ideia do impacto que essa campanha teve. Esse impacto pode ser observado, principalmente, pelo risco que, de modo geral, muitas dessas línguas de imigração deixaram de ser

faladas, visto que pessoas passaram muito sofrimento e, para que seus filhos não sofressem o mesmo, resolveram não continuar falando a língua de origem da família.

5 JUSTIFICATIVAS

Pessoal:

O meu interesse sobre este tema começou durante a disciplina de “Política Linguística” no mestrado em Letras. A partir disso, procurei entender melhor sobre o tema, principalmente nos livros e artigos de História e, acabei percebendo, assim como colocado na situação-problema, que este assunto não era muito trabalhado nas aulas de História. Dessa forma, surgiu meu interesse em criar uma cartilha para os professores e um blog com os relatos recolhidos pelos alunos. Além disso, este trabalho é relevante científica e academicamente, pois os pesquisadores precisam reconhecer a urgência de estudos e investigações das línguas de imigração pelo risco que elas correm em desaparecer dos falares dos grupos minoritários, visto todo silenciamento que esses falantes tiveram no período de nacionalização do ensino. Além disso, este trabalho se mostra relevante socialmente, pois traz o reconhecimento das línguas minoritárias, a ponto de que as políticas linguísticas familiares possam mudar e, busca valorizar esses falantes que por muito tempo foram invisibilizados.

Teórica:

Na Primeira Campanha de Nacionalização do Ensino, durante o Governo Vargas (1951-1954), a escola teve o papel principal na formação da identidade nacional. Conforme Gotzinger e Luna (2017, p. 96), “a escola refletiu o paradigma dominante daquele período, favorecendo ao paradigma da monocultura e de língua única”. De modo geral, a escola nacionalizadora se ocupou em levar aos filhos dos imigrantes “a cultura brasileira, o civismo e patriotismo”, bem como, o uso exclusivo do português, não admitindo qualquer manifestação de fala, uso de livros didáticos ou cartazes em qualquer outro idioma. A primeira ação tomada pelo governo foi a proibição do uso da língua estrangeira. Para que essa medida fosse cumprida, o presidente estabeleceu que “aos estrangeiros naturais dos países Itália, Alemanha e Japão: ficam proibidos, a contar desta data, os hinos, os cantos e as saudações que lhes sejam peculiares, bem como o uso dos idiomas dos países acima apontados” (FÁVELI, 2005, p. 97 apud RETKE; BRIGNOLI, 2017,

p. 62), quem não cumprisse essa lei estaria inferindo as normas impostas e estaria passível de punições.

Prática:

Essas medidas impactaram grandemente na vida dos imigrantes, por isso a importância de abordar este tema em sala de aula, visando que os estudantes consigam perceber os impactos e a importância do reconhecimento e da valorização dessas línguas minoritárias. Ao criar um blog com os relatos recolhidos pelos estudantes, busca-se que haja esse reconhecimento e valorização da língua. Além disso, o blog pode impactar a vida de outras pessoas fora da escola, pois pretende-se divulgar esses relatos. Aos professores, será disponibilizada uma cartilha orientativa contendo três partes. A primeira será uma parte introdutória, justificando a importância da temática; a segunda será uma contextualização do período e das fontes históricas que incentivaram a criação deste projeto e, a terceira será o roteiro para as entrevistas. Isso ajudará os professores, pois, muitos deles, acabam deixando de fazer atividades fora de sala de aula, por não terem tempo de planejarem e nem materiais que os orientem na prática.

6 OBJETIVOS

Geral: Fazer com que os estudantes dos 9º anos do Ensino Fundamental II da Escola Municipal Dr. Joaquim Assumpção da cidade de Pelotas reconheçam e valorizem as línguas minoritárias que foram silenciadas com a política de nacionalização do ensino durante o Estado-Novo.

Específicos:

- I. Criar uma cartilha orientativa para os professores, contendo 3 etapas (introdução, contextualização do período e roteiro de entrevistas);
- II. Disponibilizar aos professores a cartilha orientativa para que possam iniciar junto com os estudantes a etapa de preparação para as entrevistas;
- III. Auxiliar os estudantes na realização das entrevistas, buscando relatos de pessoas que viveram no período de nacionalização do ensino;

- IV. Criar um blog com os relatos recolhidos durante as entrevistas realizadas pelos estudantes.

7 REVISÃO DE LITERATURA

Getúlio Vargas assumiu o governo em 1930, através de um golpe de Estado, com o auxílio dos militares, que impediu a posse do então eleito Júlio Prestes. Esse golpe colocou fim na República Velha e “pautou-se na segurança e no medo de medidas políticas e econômicas que assolavam o mundo, como o capitalismo liberal e socialismo” (RETKE; BRIGNOLI, 2017, p. 61-62). Vargas tinha como objetivo a estruturação política de um Estado centralizado e forte, seguindo os modelos de partidos totalitaristas, como o Nazismo e o Fascismo. Para atingir esse objetivo colocou em prática a Campanha de Nacionalização do Ensino. A partir de 1937, com o período chamado de Estado-Novo, “que buscava novas políticas, economias e formações nacionais”, que a campanha foi colocada em prática. A fim de atingir seu objetivo, Vargas nomeou interventores responsáveis por nacionalizar suas regiões.

Durante o período do Estado-Novo que foi instaurado pela primeira vez um regime de governo autoritário. Entre as medidas tomadas por Vargas está a campanha de nacionalização, que visava integrar os imigrantes e seus descendentes à cultura brasileira. De acordo com Mombach (2012), nas escolas, os professores deveriam ser brasileiros natos ou naturalizados, as aulas eram ministradas somente em português e era proibido o ensino de outras línguas estrangeiras. Em 1939, foram adotadas medidas mais drásticas, como: “proibição de falar uma língua estrangeira em público [...] e o fechamento de diversas instituições de caráter étnico dirigidas pelos imigrantes alemães e descendentes [...]” (MOMBACH, 2012, p. 32). Em 1942, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, as repressões ficaram maiores e mais violentas, pois as pessoas que não falavam português eram presas.

Durante o Estado-Novo a ideia de uma única língua como legítima do território brasileiro foi reafirmada, pois a língua foi tomada como um “elemento fixador de uma identidade nacional e do paradigma dominante europeu, que exerceu essa mesma estratégia com outros povos colonizados” (GOTZINGER; LUNA, 2017, p. 98).

Para o governo, a educação foi um processo fundamental para abrigar a população, pois os aprendizados adquiridos pelas crianças na escola eram passados aos pais em casa. Já que todos estavam proibidos de falar a sua língua materna nos espaços públicos era preciso aprender o português para conseguir se comunicar.

O início da República se dá sob influência do positivismo pelos líderes republicanos, que tinham a visão de unidade brasileira. Isso, juntamente com a entrada do país na Primeira Guerra, desencadeou sentimentos nacionalistas, que

levaram a sociedade a reagir de forma intolerante quanto às expressões culturais mantidas pelo grupo imigrante tais como: falar a sua língua materna dentro do Brasil, os hábitos alimentares, as práticas religiosas e o fato de frequentar escolas próprias (GOTZINGER; LUNA, 2017, p. 95).

Dessa forma, torna-se obrigatória a assimilação por meio do incremento do ensino público e da língua vernacular aos imigrantes. Para isso, é realizada a Primeira Campanha de Nacionalização do Ensino, visando à assimilação do imigrante pela educação, tendo a escola o papel principal na formação de uma identidade nacional. Conforme Gotzinger e Luna (2017, p. 96), “a escola refletiu o paradigma dominante daquele período, favorecendo ao paradigma da monocultura e de língua única”. De modo geral, a escola nacionalizadora se ocupou em levar aos filhos dos imigrantes “a cultura brasileira, o civismo e patriotismo”, bem como, o uso exclusivo do português, não admitindo qualquer manifestação de fala, uso de livros didáticos ou cartazes em qualquer outro idioma. Nesse cenário, a língua cumpriu papel principal como articuladora da unidade nacional.

A orientação nacionalista refletiu nas escolas públicas, principalmente com o Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, que interviu na circulação de outras línguas. Conforme Ronsani (2015), a política linguística implementada através desse decreto estabelece uma língua, isto é, o português e, interdita o ensino de outras, como o alemão. Dessa forma, “o ensino de língua portuguesa, juntamente com o de História e Geografia do Brasil, permite a consolidação (simbólica) de uma unidade nacional que a conjuntura do Estado Novo idealizou” (RONSANI, 2015, p. 51).

A Segunda Campanha de Nacionalização do Ensino foi ainda mais repressiva. A aproximação da Segunda Guerra fez com que as ações do governo se voltassem ainda mais contra os imigrantes e seus descendentes, que passaram a ser representados como “inimigos da pátria, ou ainda como um perigo à nação brasileira” (GOTZINGER; LUNA, 2017, p. 97). Assim, a Campanha de Nacionalização do Ensino foi um projeto que visava a homogeneização de línguas e culturas, por meio de vários decretos e ações coercitivas.

A primeira ação tomada pelo governo foi a proibição do uso da língua estrangeira. Para que essa medida fosse cumprida, o presidente estabeleceu que “aos estrangeiros naturais dos países Itália, Alemanha e Japão: ficam proibidos, a contar desta data, os hinos, os cantos e as saudações que lhes sejam peculiares, bem como o uso dos idiomas dos países acima apontados” (FÁVERI, 2005, p. 97 apud RETKE; BRIGNOLI, 2017, p. 62), quem não cumprisse essa lei estaria infringindo as normas impostas e estaria passível de punições. Essas medidas impactaram grandemente na vida dos imigrantes, já que

restringiram a população em suas casas, modificaram suas rotinas, e abriram grande espaço ao medo, pois em todos os espaços eram constantemente vigiados e controlados. Vizinhos e militares se alternavam nessa vigília de observar os descendentes da região, e delatores surgiram, pessoas pouco dadas aos descendentes, ou então, espões e inspetores do governo (RETKE; BRIGNOLI, 2017, p. 62).

Dessa forma, os imigrantes que falavam a sua língua materna e praticavam os costumes dos seus países de origem eram vistos como criminosos perante a lei, obrigando-os a se modificarem, silenciarem e se reservarem a escuta. Além disso, eram obrigados a cumprirem as novas leis. Isso fica claro com relato feito por um falante de Santa Catarina, que diz:

O clima era de terror. Ninguém tinha coragem de falar em público com medo de ir para a cadeia. Nessa tal de nacionalização queriam que todos falassem português da noite para o dia. Prenderam até velhos que nada queriam com a política só porque falavam alemão em público. Mas antigamente o governo não proibiu falar alemão, não providenciou escolas ou coisas semelhantes, que ensinasse as pessoas o português. Agora, depois de todos esses anos de indiferença, queriam que a gente falasse português sem sotaque (SEYFERTH, 1982, p.188 apud ALTENHOFEN, 2004, p. 83).

Além de todas essas mudanças na rotina dos imigrantes, a educação também sofreu transformações, pois o Estado via a escola como uma via de reconstrução da sociedade brasileira e, como principal agente de modificação e nacionalização do país.

Muitas escolas que ensinavam a língua de imigração foram fechadas, algumas foram adaptadas para ensinar o idioma nacional e novas escolas foram criadas. No entanto, as crianças chegavam na escola sem saber pronunciar uma única palavra em português e não podiam falar a sua língua materna, pois eram proibidas. Além disso, as professoras foram trazidas de regiões litorâneas e não dominavam a língua estrangeira (RETKE; BRIGNOLI, 2017), isso fazia com que tivessem dificuldades em se comunicar com os alunos.

8 ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Estratégia de ação 1:

Objetivo específico 1: Criar uma cartilha orientativa para os professores, contendo 3 etapas (introdução, contextualização do período e roteiro de entrevistas).

A cartilha será produzida em três etapas. A primeira será uma parte introdutória, em que será descrita e justificada a importância desta temática; a segunda será uma contextualização do período, a partir dos estudos apresentados no referencial teórico e outros que se mostrarem importantes. Além disso, serão apresentadas e contextualizadas algumas fontes históricas, como jornais, monumentos, paisagens linguísticas para poder auxiliar os professores na hora de ensinar sobre esse período e sobre a campanha de nacionalização e, a terceira etapa será a criação do roteiro de entrevistas, contendo perguntas e pontos importantes para nortear as entrevistas que os estudantes realizarão. Esta cartilha será digitada, contendo no máximo 10 páginas.

Estratégia de ação 2:

Objetivo específico 2: Disponibilizar aos professores a cartilha orientativa para que possam iniciar junto com os estudantes a etapa de preparação para as entrevistas.

A cartilha será disponibilizada digitalmente para os professores da escola e, posteriormente, para toda a rede pública. A forma digital, nos dias atuais, se torna de mais fácil acesso. Além disso, o roteiro de entrevistas também será utilizado pelos estudantes.

Estratégia de ação 3:

Objetivo específico 3: Auxiliar os estudantes na realização das entrevistas, buscando relato de pessoas que viveram no período de nacionalização do ensino.

Será realizado um primeiro encontro com os estudantes para tirar as possíveis dúvidas sobre a entrevista e para direcionar as entrevistas, isto é, para que os estudantes façam o primeiro contato com a pessoa que será entrevistada e, caso, não conheça alguma, para que possam ser contatadas novas pessoas. Em um segundo encontro, serão realizadas as entrevistas, os estudantes poderão ir até a casa da pessoa, poderão fazer uma entrevista

online de forma síncrona, a pessoa poderá ir até a escola, a escolha será do entrevistado.

Estratégia de ação 4:

Criar um blog com os relatos recolhidos durante as entrevistas realizadas pelos estudantes.

O blog será aberto para que todas as pessoas tenham acesso, as entrevistas serão transcritas e postadas no blog, com o nome do entrevistado e do entrevistador. É importante destacar que será solicitada uma declaração dos entrevistados de que autorizam que usem as informações, assim como as fotos, etc. Além disso, elementos como fotos, cartas, etc, disponibilizados pelos entrevistados também farão parte deste acervo. Os estudantes poderão fazer parte de todo o processo de montagem. Se for da vontade da professora, eles poderão transcrever e montar a postagem que desejam fazer.

9 CRONOGRAMA

Atividade	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Estratégia de ação 1	X			
Estratégia de ação 2		X		
Estratégia de ação 3		X	X	
Estratégia de ação 4				X

10 RECURSOS

Atividade	Recursos
Estratégia de ação 1	Computador com editor de textos Microsoft Word; folhas de papel, impressora.
Estratégia de ação 2	Computador e/celular
Estratégia de ação 3	Papel; caneta; gravador de voz ou aparelho celular que possua esta função; computador (caso necessário);
Estratégia de ação 4	Papel; caneta; computador.

11 RESULTADOS ESPERADOS

O objetivo geral da intervenção é fazer com que os estudantes dos 9º anos do Ensino Fundamental II da Escola Municipal Dr. Joaquim Assumpção da cidade de Pelotas reconheçam e valorizem as línguas minoritárias que foram silenciadas com a política de nacionalização do ensino durante o Estado-Novo. Espera-se que ao final da aplicação do projeto, os estudantes tenham conhecimento teórico sobre o período do Estado-Novo e a política de nacionalização do ensino. Além disso, espera-se que por meio das aulas e das entrevistas realizadas, os estudantes reconheçam e valorizem as línguas minoritárias faladas no Estado. Ademais, espera-se que o aporte teórico e as entrevistas, possam servir de exemplo para que os estudantes levem até suas casas e influenciem seus pais e/ou responsáveis a passar para eles a língua minoritária da família. Durante as entrevistas, os estudantes também podem gerar impacto nas pessoas entrevistadas, pois elas poderão se sentir valorizadas e poderão mudar de ideia em relação a passar a língua para as futuras gerações, reconhecendo o valor e a história que a sua língua possui.

12 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FÁVERI, M. **A educação entre o silêncio e a norma:** tensões na escolarização durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. 2005. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2002/Educacao,_cidadania_e_intercultural/Trabalho/02_19_05_t468.pdf>. Acesso em: 22 maio 2017.

GOTZINGER, A. B.; LUNA, J. M. F. de. A representação de educação linguística de imigrantes no Brasil. **Revista X**, v. 12, n. 1, 2017.

MOMBACH, C. O governo Vargas e suas implicações na produção literária teuto-brasileira. **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo**, v. 10, 2012.

RETKE, S.; BRIGNOLI, J. O processo nacionalizador de Vargas, as mudanças educacionais e o “silenciamento” na região do vale do Itajaí-SC. **Revista Maiêutica**, v. 5, n. 1, 2017.

RONSANI, L. V. **Os efeitos de sentido da política linguística da Era Vargas:** os sujeitos e as línguas, 2015. 111f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

SEYFERTH, G. **Nacionalismo e identidade étnica:** a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.